

Violência, mídia e interesse mercadológico

Paulo Fernando Pereira de Souza

Andréa Carolina Vêras Oliveira Pereira de Souza

RESUMO: O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação provocou mudanças radicais na forma como a informação é gerada, se propaga e é absorvida. O crescimento dos meios de comunicação fez a notícia passar a ser tratada como bem simbólico, produto com valor econômico definido. Por razões mercadológicas, ocorre a superexposição de fatos e imagens violentas pela imprensa, na forma de publicações apelativas e dirigidas, em geral, às camadas populares de menor nível de escolaridade.

Palavras-chave: Interesse mercadológico; Publicações apelativas; Violência

Violence, media and marketing interest

ABSTRACT: *The technological development of the means of communication has led to radical changes in the way information is generated, broadcast and absorbed. The growth of communication media lead news to be seen as a symbolic asset, a product with a clear-cut economic value. For reasons of market, overexposure of violent facts and images takes place in the press, in the form of compelling content targeted typically to the general population of low literacy levels.*

Keywords: *Marketing interest; Compelling publications; Violence*

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, sobretudo o ocorrido a partir do século XX, provocou mudanças radicais na forma como a informação é gerada, se propaga e é absorvida. O crescimento dos meios de comunicação fez a notícia passar a ser tratada como bem simbólico, produto com valor econômico definido.

Thompson (2007) comenta o surgimento da “esfera pública burguesa”, ou seja, espécie de fórum de debates criados na esteira dos cafés literários que, alimentados pelos jornais impressos, discutiam questões diversas, entre elas as de interesse político e cultural. Para o autor, a “esfera pública” era teoricamente aberta a todos, mas de acesso restrito aos que detinham educação (o que quase sempre exigia posses). No entanto, ela demonstrava possibilidades de comunidade de cidadãos, iguais entre si, que formavam opinião a partir da discussão crítica e do debate e se constituiu numa utopia da democracia moderna, abrindo um campo intermediário entre questões tradicionalmente públicas (de Estado, ou dos tribunais) e tradicionalmente privadas (família e troca econômicas). Thompson (2007) afirma, que o crescimento vertiginoso da comunicação de massa, a crescente concentração comercial experimentada no setor, seus métodos de produção e controle das informações veiculadas fizeram pensar no esgotamento da esfera pública burguesa

O desenvolvimento da indústria de comunicação de massa, para Thompson (2007), tem papel central na constituição e entendimento das sociedades modernas, permanecendo onipresente na vida cotidiana contemporânea, dominando a produção e circulação das formas simbólicas. Segundo ele, o desenvolvimento dos meios técnicos reconstituiu limites entre vida privada e vida pública: acontecimentos privados podem ser transformados em acontecimentos públicos, uma vez veiculados por veículos de comunicação de massa, e acontecimentos públicos podem ser vivenciados em situações privadas.

A comunicação de massa tem caráter predominantemente unilateral e traz dificuldades para a mobilização coletiva, uma vez que a recepção dos produtos simbólicos se dá, na maior parte das vezes, em espaços privados e fragmentados. Existe também a possibilidade de que os políticos utilizem-se da mídia para a construção de uma imagem pública, mas isto não faz dela um poder total.

A visibilidade criada pelos meios de comunicação de massa é espada de dois gumes: hoje, líderes políticos podem procurar manipulá-la continuamente, mas eles não podem controlá-la totalmente. A visibilidade mediada é condição inevitável da política institucionalizada na era moderna, mas ela tem consequências incontroláveis para o exercício do poder político. (THOMPSON, 2007, p.322)

A mídia, embora com alta capacidade de influenciar - potencializa, inclusive, desejos e meios de serem realizados - deve ser considerada como grande campo de ação política e de pesquisas dedicadas a entender o que se mostra, o que se deixa de mostrar. Como a mídia faz sua seleção e quais as consequências das seleções feitas.

Para alguns autores, como Bucci & Kehl (2004), o fenômeno da comunicação de massa é tão importante que, hoje em dia, o espaço público se confunde com o espaço da mídia.

Existir é, antes de mais nada, apresentar a própria imagem para o Outro. O que equivale dizer para um adulto que já tenha ultrapassado as fronteiras dos complexos familiares, que existir é apresentar a própria imagem no espaço público. É no espaço público que o sujeito atesta que sua existência faz alguma diferença. (...) (BUCCI; KEHL, 2004, p.150)

Para esses autores, estar fora da mídia pode significar não existir para a vida social; estar excluído do espaço público. O argumento é similar ao apresentado por Bourdieu (1997, p.18). Tratando do mesmo tema, comunicação de massa, cita o filósofo Berkeley para afirmar: “Ser é ser percebido”. Acrescenta que hoje, ser percebido é ser “percebido” pelos jornalistas, especialmente os da televisão.

Bourdieu (1997) argumenta que a seleção do que é apresentado está a serviço da manutenção simbólica da sociedade. Ele mostra como pensamentos, imagens e sentimentos que não se coadunam com a manutenção da ordem simbólica são excluídos ou bloqueados. Violência simbólica se exerce nas relações sociais e em especial nas comunicações pela mídia. Para Bourdieu:

Violência simbólica, que é violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e, também, com frequência

dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. Consiste nos mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que auxiliam a manutenção de uma ordem simbólica. (BOURDIEU, 1997, p.20)

A apresentação da ordem simbólica se relaciona também a não questionar estruturas e não nomear conflitos estruturais da sociedade. Bourdieu (1997) exemplifica com denúncias de pessoas corruptas, por exemplo, sem que se discuta o campo que permite, favorece e convida a que se corrompam.

Bourdieu, nos textos citados, e diferentemente de outros autores pesquisados (Thompson, Bucci, Khel e Chauí), não articula explicitamente a produção e a circulação de bens simbólicos ao conceito de ideologia, ou seja, criação e manutenção de sistemas de dominação (THOMPSON, 2007).

Como o conceito de dominação é central na obra de Bourdieu, ele escolhe não dialogar com o conceito de ideologia do legado marxista, propondo seus próprios conceitos. Em seus próprios termos explica a seleção de temas pelos jornais. Para ele: “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam seleção e construção do que é selecionado” (Bourdieu, 1997, p.25).

Na seleção são utilizadas regras implícitas e explícitas. Para Bourdieu:

Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extracotidiano, não é fácil... Daí o lugar que conferem ao extraordinário ordinário, isto é, previsto pelas expectativas ordinárias, incêndios, inundações, assassinatos, variedades. Mas o extraordinário é também e sobretudo o que não é ordinário com relação aos outros jornais. (1997, p.27)

Curioso é que Bourdieu (1997) observa que a busca do “furo”, paradoxalmente conduz à uniformização e banalização dos jornais e das notícias, pelo efeito de cópias de outros jornais que, ademais, estão circunscritos a fontes limitadas (poucas agências de

notícias). Uma das razões mencionadas pelo autor é a prática da leitura dos concorrentes e *clipping*: para saber o que dizer é preciso saber o que os outros disseram. Bourdieu acrescenta: “Essa espécie de jogos de espelhos refletindo-se mutuamente produz formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (1997, p.33).

O argumento de Bourdieu conduz a pensar sobre a autonomia do campo jornalístico:

O jornalismo é microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. (1997, p.55)

Para o sociólogo francês o jornalismo é um campo, e o campo, por sua vez, é campo de forças, espaço social estruturado: “Há dominantes e dominados, há relações constantes permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (1997, p.57).

No entanto, é necessário esclarecer que autonomia não significa não receber influência ou influenciar outros setores da sociedade. O sociólogo chega a afirmar que mídia cria realidade (1997, p.31), e explicita: “O campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos” (1997, p.81).

Para o pensador francês a escolha de temas como dramas pessoais está a serviço da distração: “Tomemos o mais fácil: as notícias de variedades que sempre foram o alimento predileto da imprensa sensacionalista; o sangue e o sexo, o drama e o crime sempre fizeram vender, e o reino do índice de audiência devia alçar à primeira página, à abertura dos jornais televisivos, esses ingredientes que a preocupação imposta pelo modelo da imprensa escrita séria levava até então a afastar ou a relegar. Mas as variedades são também notícias que distraem” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Já para Chauí (2006), o apelo da mídia às questões da vida privada significa também derrubar diferenças entre espaço público e privado. Segundo ela,

trata-se do apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Em outras palavras, os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado. (2006, p.9)

A autora destaca o fato de a constituição da opinião pública passar a apelar cada vez mais diretamente aos sentimentos dos receptores das notícias, em detrimento do apelo à razão e aos argumentos, o que relaciona com o advento do neoliberalismo e sua marca que, segundo Chauí (2006, p.69), é o “encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado.”

Um dos efeitos das mudanças é certa desmobilização em relação aos problemas sociais e políticos. Para Chauí, os jornalistas passam, assim, a ocupar o lugar que tradicionalmente, cabia a grupos e classes sociais e partidos políticos.

A seleção dos temas que interessam aos grandes meios de comunicação atende a preceitos mercadológicos e abrange desde as relações entre audiência e vendagem de produtos até a captação de votos em período eleitoral. A escolha dos assuntos, sobretudo jornalísticos, não é feita de forma a refletir a realidade, mas de maneira que atenda aos critérios considerados válidos do ponto de vista do mercado.

Stuart Hall ressalta, entre outros temas, “desastres, dramas, os gestos do dia a dia - cômicos e trágicos – de pessoas vulgares, a vida dos ricos e poderosos (...)” (1999, p.225) como temas que encontram lugar regular nas páginas de jornal.

O mito do jornalismo imparcial há muito foi derrubado pelos estudiosos no assunto.

Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente se superpõe e domina a realidade real na qual ele vive e conhece. Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela da realidade da qual é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que não percebe diretamente, mas por conhecimento (ABRAMO, 2003, p.24).

Por razões mercadológicas, ocorre a superexposição de fatos e imagens violentas pela imprensa, na forma de publicações apelativas e dirigidas, em geral, às camadas populares de menor nível de escolaridade.

A violência seduz e é produto de consumo, dando importante retorno financeiro para aqueles que a expõem. Para Ronchetti (2007), algumas explicações podem ser dadas para a exploração de fatos violentos e negativos pela imprensa, entre elas existir assimetria básica entre o que é positivo e de absorção demorada, e o negativo, inusitado e mais rápido.

Acrescente-se que o apelo emocional dirigido ao receptor das notícias que têm a violência oferecida como espetáculo parece ser menos ambíguo, exercendo atração imediata que convida à execração do “culpado”. Ou seja, como a curiosidade liga à notícia, seremos conduzidos em um mundo em que a distinção entre certo e errado parece óbvia e consensual.

Compara-se a dificuldade de transitar em outros assuntos ao tipo de adesão imediata e passional provocada pelas notícias de violência. Diariamente veiculam-se casos chocantes - comoção pública imediata -, mas que não resultam em discussões sérias e soluções efetivas.

O apelo à atenção do leitor, segundo Dines (1972, apud DIAS, p.32), é a primeira etapa do processo de comunicação, “é o esforço para oferecer ou provocar sensações que vão acender o nosso mecanismo de comportamento para aceitar, absorver e responder à mensagem”.

A comoção é o efeito buscado para as pessoas se ligarem às notícias, mas raramente há mobilização em relação a elas, os fatores que explicam este fenômeno são:

- omissão das características estruturais dos fenômenos relatados, e, por conseguinte, a personalização dos “culpados” e descontextualização das condições nas quais a violência se dá. (BOURDIEU, 1997)
- violência simbólica e conseqüente omissão dos sistemas de dominação e dos conflitos. (BOURDIEU, 1997)
- aspecto predominantemente unilateral da comunicação de massa, que convida à recepção passiva da informação. (THOMPSON, 2007)
- recepção da informação em locais privados e que não favorecem debate público e mobilização política. (THOMPSON, 2007)

- caráter ideológico a que pode ser submetida a informação, ou seja, a possibilidade de usar informação sobre violência para criar e manter sistemas de dominação. (THOMPSON, 2007)
- manutenção de mito sobre Brasil como país não violento; portanto, afirmando violentos e violência como estrangeiros ao país. (CHAUÍ, 2006)
- nivelamento da informação sobre violência com outras informações de entretenimento produzindo *fast-food* de informações no qual um evento é imediatamente sobrepujado por outro. (BUCCI, KHEL, 2004)

A violência exibida pela mídia é tema recorrente quando se fala sobre imprensa no Brasil. O problema é bastante complexo e, em geral, apresentado em categorias específicas: violência urbana, contra criança, contra mulher, contra idosos etc.

Conforme apresentado, a produção e transmissão das formas simbólicas pela mídia tem importante papel na criação e manutenção dos sistemas de dominação e de consumo. Processos que moldam a experiência cultural da sociedade, como alerta Thompson (2007). Assim cabe pesquisar e questionar, por exemplo, a construção de determinada associação entre violência e velhice.

Deve haver preocupação com o que está sendo reproduzido e com o que pode estar sendo criado. Thompson afirma: “Os meios técnicos da comunicação de massa são de interesse fundamental, não apenas como canais de difusão e circulação das formas simbólicas, mas, também, como mecanismos que criam novos tipos de ação e interação, novos tipos de relações sociais que se difundem no tempo e no espaço” (2007, p.342).

A violência que tem no idoso o personagem principal é praticada cotidianamente em instituições de longa permanência, nas casas, muitas vezes pelos familiares e, em menor medida, nos espaços públicos. Embora “faça parte” do dia a dia da sociedade, não parece obter a devida atenção dos meios de comunicação.

Em Pernambuco, por exemplo, há disque-denúncia do idoso, promotoria e vara especializada, Conselho do Idoso e Delegacia do Idoso (todos com grande número de informações em relação à violência contra idosos), fontes oficiais do Estado e ainda ONGs que trabalham com o tema. Apesar disso, saem poucas matérias, nos jornais, denunciando

instituições clandestinas de longa permanência, fora das regras da ILPIs e Vigilância Sanitária, ou as que praticam maus-tratos.

Segundo Rolim,

Alguns estudos nos EUA demonstraram que a morte de negros e de etnias minoritárias não chama tanto a atenção da mídia. O trabalho de Johnstone et al. (1994), por exemplo, comparou 212 casos de homicídios relatados por dois diários de Chicago (Tribune e Sun-Times) com os 684 casos de homicídios registrados pela polícia no mesmo período. Brancos assassinados mereciam mais atenção do que vítimas negras; e homicídios de pessoas de classe média, ou ricas, também importavam muito mais. Os assassinatos de mulheres e crianças são tratados sempre com maior destaque do que os de adultos.... Surpreendentemente, nesse mesmo estudo, apenas 14% dos homicídios foram noticiados pelos jornais, o que sugere a existência de critérios de seleção em cada veículo. O trabalho comprova que homicídios sexuais ou aparentemente “irracionais” possuem maiores chances de virar notícia. A pesquisa também demonstra que homicídios de crianças entre 4 e 14 anos atraem significativa atenção. Os autores sublinham que a percepção do público sobre a própria violência será influenciada por esses critérios de seleção. Mais do que isso, sustentam que se todos os homicídios são chocantes, apenas alguns levarão à conclusão de que “algo precisa ser feito” (ROLIM, 2006, p.193).

Apesar da relevância crescente da população idosa, a fragilidade dos idosos parece estar deixando de ser considerada. Os idosos têm sido tratados como iguais aos outros cidadãos, o que é importante para sua estima, superação do preconceito e convívio social, todavia, tal movimento não pode se der as expensas do cuidado de proteção que necessitam e merecem.

A designação “violência”

A violência é tema que, embora muito visitado, mantém complexidade e é verdadeiro desafio. Há muitas razões para que isso se dê, entre elas: a grande variedade de fenômenos agrupados sob designação “violência”; o fato de o mesmo fenômeno poder ser

considerado violento por alguns observadores, e não violento por outros; bem como dificuldade de distinção entre conceito de violência e conceitos afins, como autoridade, poder e força.

Utilizaremos a referência a Hannah Arendt, especialmente a obra *Sobre a violência*, em quem nos fundamentamos para a tentativa de distinguir conceitos importantes e referências aos autores brasileiros para a organização dos fenômenos.

O texto da escritora alemã foi produzido no ano de 1968 e veio à luz em 1969, nos Estados Unidos. No contexto de sua produção encontram-se a revolta estudantil, manifestações violentas racistas e antirracistas, guerra do Vietnã e a Guerra Fria, bem como se fazia presente e determinante o impacto da Segunda Guerra Mundial. Foi, portanto, em um universo especialmente turbulento que a filósofa alemã, de origem judia e exilada na América, escreveu o referido texto. Ela buscou nos conceitos, mais que no cotidiano, explicações que a ajudassem. Sua discussão dos conceitos até hoje alimenta reflexões sobre a violência na esfera pública, âmbito para o qual as reflexões eram dirigidas, e também, pensamos, abre reflexões quanto à esfera doméstica.

A definição de poder da autora, basicamente a capacidade de criar consenso e agir conjuntamente sem coerção, é fundamental. A partir daí ressalta-se a característica produtiva e não a repressiva do poder, bem como se distingue o poder de seu representante usual, o Estado. Violência, por sua vez, é relacionada ao domínio dos meios instrumentais, técnicos, de impor a vontade própria a outrem, apesar da discordância desta. Assim, ela afirma como protótipo do poder a ação consensual de todos, e como protótipo da violência a imposição da vontade de um só sobre todos. A autoridade é relacionada pela autora ao reconhecimento público. Especialmente volátil, perde-se a autoridade pelo excesso de força tanto quanto pela sua ausência. Força (vigor) é apresentada como a capacidade de agir, impulso em direção à ação, ou à transformação, dirigida a coisas materiais ou aos objetos da esfera pública.

As distinções são complexas e embora inspiradoras, não esgotam os problemas, mesmo porque o mundo real não se limita à discussão conceitual. As situações concretas ignoram a pureza conceitual e os fenômenos apresentam combinações desiguais dos conceitos discutidos.

Além do tema da violência, razão do presente capítulo, vale a pena uma pequena incursão no campo da autoridade, pois esteve solidamente associada ao envelhecimento nas religiões tradicionais, nas sociedades agrárias e mercantis pré-modernas. A autoridade em questão ligava-se ao reconhecimento que desfrutava quem envelhecia, por ter sobrevivido e acumulado experiências e conhecimentos de interesse geral.

A sociedade moderna e o capitalismo desenvolvido minam as fontes do reconhecimento da autoridade dos que envelhecem, porque os idosos deixam de obter reconhecimento pelo que absorveram como experiência e têm a transmitir. A organização social aproveita ao máximo as novidades que surgem. Estar aberto ao novo é a palavra de ordem, e as experiências passadas são progressivamente destituídas de status e importância.

No âmbito das famílias as experiências sobre os procedimentos em relação às pessoas e coisas são atropeladas pela rapidez de informações especializadas a respeito de relacionamentos, alvo de vários saberes, bem como surgem novos objetos domésticos com diversas versões e questões técnicas. O aprendizado não é transmitido pelas pessoas mais velhas, mas pelos sistemas especializados e mídia, dominante na apresentação de questões e de soluções. A própria dimensão do tempo se altera: a sociedade requer mais velocidade, e os mais velhos a ela se integram, principalmente como consumidores ou como problema. Vivemos como se não houvesse conhecimento relevante a ser transmitido pelas antigas gerações, grande contraponto a todos os avanços conseguidos pelos idosos.

Os idosos foram, portanto, destituídos de sua autoridade, do reconhecimento de seu poder de deter e transmitir conhecimento. A perda da autoridade, somada à diminuição da força física e à diminuição da força econômica, torna-os desprotegidos.

A não proteção tem aspectos públicos na sociedade na qual a juventude é referência, e se orgulha de ser o “país do futuro”. São três os aspectos básicos:

- Visibilidade: reconhecimento de conjunto significativo da população brasileira com necessidades diferenciadas;
- Políticas Públicas e Sociais: de que forma o Estado organiza a proteção desse segmento da população, em especial da população de idosos com baixa renda;
- Participação cidadã: de que forma os próprios idosos têm voz ativa na determinação de aspectos da vida pública, em especial das políticas públicas e sociais que lhes concernem.

A filósofa Marilena Chauí (2006) parte da ideia de Hannah Arendt de “banalização do mal” para comentar a violência na mídia brasileira. Mas diferentemente dela, começa por observar na mídia às referências à violência.

De fato, a violência é posta como *sinônimo* de chacina, massacre, guerra civil tácita e indistinção entre crime e polícia – a violência é o que se exprime através dessas imagens, *localiza-se* nelas. Crise ética, fraqueza da sociedade civil e debilidade das instituições políticas relacionam-se com a violência de outra maneira: indicam *impotência* no combate à violência, já definida e localizada noutro lugar; ou seja, a questão ética, a social e a política não são percebidas como *formas de violência*, mas como instrumentos débeis para combatê-la. A distinção entre os dois grupos de imagens e expressões, um deles como portador da violência e o outro como impotente diante dela, não é senão a nova maneira de repetir o modo como no Brasil evitamos discutir em profundidade o fenômeno da violência. (2006, p.117)

A partir daí a filósofa busca nos dicionários as diversas definições de violência (2007, p.118): a) Consultando os verbetes no dicionário, percebemos um conjunto de significados relacionados entre si, formando um campo de sentido: violência é tudo que age usando a força para ir contra a natureza própria de alguma coisa ou de alguém (é desnaturar); b) é ato em que usa a força para ir contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (estuprar, deflorar, deturpar, torturar, devassar, brutalizar, constranger, coagir) ou para manchar o que é sagrado (poluir, profanar).

Percorrendo as definições dos dicionários, Chauí (2006) relaciona violência com a quebra das regras sociais, uso de força ou intensidade sem limite, ou seja, falta de medida ou de moderação. A autora também restringe violência, em sentido próprio, às relações entre humanos, definindo seu campo como os da ética e da política. Ao final do percurso, Chauí conclui:

Podemos dizer que, na cultura ocidental, a violência consiste no ato físico, psíquico, moral ou político, pelo qual um sujeito é tratado como coisa ou objeto. A violência é a brutalidade que transgride o humano dos humanos e que, usando a força, viola a subjetividade

(pessoal, individual, social), reduzindo-a à condição de coisa.
(2006, p.123)

A partir de sua definição, a filósofa renova a perplexidade diante da apresentação do Brasil como país não violento. Atribuirá à crença na não violência brasileira a característica mítica.

A sociedade brasileira vive sob o mito de sociedade pacífica, um país sem guerras, sem grandes conflitos ou injustiças (Chauí, 2000). Nada mais distante de nossa realidade histórica, como esclarece a autora: dizíamos as populações indígenas; fomos o país que conviveu mais tempo com a escravidão; exploramos a população pobre e tivemos violentos movimentos autoritários e sangrentos conflitos de terra que, por sinal, permanecem.

Grandes segmentos da população encontram-se ainda hoje à margem das condições adequadas de sobrevivência: sem saneamento básico, moradia adequada, alimentação suficiente, acesso à educação, assistência social e saúde. Os mais frágeis, doentes, idosos e crianças são os mais expostos a riscos, entre os privados de condições adequadas de existência.

O mito da convivência harmoniosa no país impede que os conflitos sejam vistos como tais, com suas raízes e conseqüências. Uma mitologia que, segundo Chauí, é construída por intermédio de dois procedimentos principais:

- 1) procedimento de exclusão: afirma-se que a nação brasileira é não violenta e que os brasileiros não são violentos; portanto, se há violência, é praticada por gente que não faz parte dessa nação (mesmo que aqui viva e aqui tenha nascido). O mito produz a imagem de um “nós” contra um “eles” que os coloca fora, nas margens dessa nação.
- 2) procedimento de distinção entre essencial e acidental: por essência (ou por natureza), a nação é não violenta e, portanto, a violência é algo acidental, “surto”, “onda”, “epidemia”. A violência pode acontecer sem afetar a essencial não violência brasileira. A violência é passageira, momentânea e pode ser afastada.

Para Chauí (2006) a construção mítica:

- a) localiza no crime a violência, em especial os crimes contra o patrimônio e contra a vida;

- b) explica a violência por meio de momentos excepcionais, como os da industrialização, urbanização e o momento de transição do arcaico para o moderno;
- c) produz ativamente a amnésia social, contando a “história dos vencedores”;
- d) procede por máscaras, igualando e homogeneizando atitudes violentas muito diversas.

A autora destaca uma das máscaras: “A afirmação do caráter natural e sagrado da família (2007, p.132). Certamente, a família pode ser protetora, como também o país se mostra acolhedor, mas não há nenhuma garantia de que as famílias sejam sempre protetoras e que os interesses nelas presentes sejam harmônicos ou harmonizáveis.

Os conflitos de gênero, raciais e os jogos de poder caracterizam a família tanto quanto sua capacidade de acolhimento e proteção de seus membros. Uma diferença em especial, é fundante da família: a diferença entre idades. Esta diferença se torna conflitos de interesses e podem se organizar na forma de sistema de dominação: domínio autoritário dos adultos sobre as crianças e domínio dos adultos mais jovens sobre os idosos.

Na concepção harmoniosa e, portanto, mítica, da família, é do interesse dos adultos a preservação e desenvolvimento das crianças e o bem-estar dos idosos. Na prática, os interesses são convergentes ou divergentes de acordo com circunstâncias, mesmo quando os adultos estão realmente interessados no desenvolvimento das crianças e no bem-estar dos idosos. A situação se complica quando há conflitos estabelecidos de forma rancorosa, ou quando o bem-estar de um segmento se dá à custa do mal-estar de outros membros da família, como na distribuição de recursos insuficientes para toda a família.

A temática da família é de suma importância para o tema da Gerontologia, pois principalmente na família se dá o cotidiano dos idosos. Mesmo compartilhando com o poder público e a comunidade a responsabilidade solidária pelos idosos, sobre a família recai a concentração de cuidados.

Conforme Sarti (2003), as populações pobres do Brasil mantêm a família como valor fundamental e dela dependem de fato. O grupo familiar constitui-se no principal anteparo diante das vicissitudes do mundo, por causa do recuo, ou ao não estabelecimento das ações governamentais de proteção e garantias mínimas.

O cotidiano relacional do idoso pode ser tão desprotegido na família como a população idosa, especialmente a população pobre, diante da sociedade. Na família, reproduzem-se, em termos de micropoderes, relações desiguais naturalizadas. Homens idosos que deixam de ser provedores podem passar a ser considerados inúteis, e mulheres idosas resumidas à condição de cuidadoras disponíveis em tempo integral antes de serem também resumidas à inutilidade.

Segundo o Dicionário Houaiss, violência é “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Todavia, a imposição de “uma dor e sofrimento evitáveis” torna ainda mais subjetiva e ambígua a definição.

Anthony Asblaster, no Dicionário do Pensamento Social do Século XX, diz que não existe definição consensual ou incontroversa de violência. Para ele, o termo é potente demais para isso ser possível.

Minayo afirma:

“Encerrar a noção de violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a compreender mal sua evolução e especificidade histórica. A maior parte das dificuldades para conceituar a violência vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia”. (2006, pp.13 e 14)

Faleiros (2007) diz que a violência é processo social relacional complexo e diverso. É processo relacional, pois deve ser entendido na estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares.

A violência em Pernambuco

Pernambuco é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no centro-leste da região Nordeste e tem como limites os Estados da Paraíba (N), Ceará (NO), Alagoas (SE), Bahia (S) e Piauí (O), além de ser banhado pelo Oceano Atlântico (L). Ocupa área de 98.311 km² (pouco menor que a Coreia do Sul). Também faz parte do seu território o arquipélago de Fernando de Noronha. Sua capital é a cidade do Recife.

A versão da origem do nome *Pernambuco* mais aceita é que vem do tupi *Paranã-Puca*, que significa "onde o mar se arrebenta", pois a maior parte do litoral do Estado é protegida por paredões de recifes de coral.

Pernambuco tem população de 8.810.256 (estimativa para 2009), densidade populacional de 80,3 hab./km² (2000), padrão relativamente alto para o país; 76,5% de sua população são urbanos (2000), refletindo a alta densidade da faixa litorânea em relação ao escasseamento de moradores na região semiárida. O crescimento demográfico chega a 1,20% ao ano (1991-2000), com número de domicílios atingindo 1.968.294 (2000). A carência habitacional é estimada em 387.648 (est. 2000); 70,5% de sua população têm acesso à água (2000) e somente 43,8% têm acesso à rede de esgotos (2000). O IDH do Estado é de 0,718 (2005). Fonte

Pernambuco concentra em sua história quase a exata antítese do mito de país pacífico e sem violência do qual fala Chauí, reflexão mencionada neste trabalho. Na história de colonização há a invasão dos holandeses e sua posterior expulsão, movimentos dos quais a população indígena participou ativamente. Posteriormente, a Guerra de Canudos se reflete no Estado, mas é o fenômeno do cangaço que deita raízes no imaginário da população.

O cangaço interessa como fenômeno e matriz cultural. Este trabalho utiliza a obra de Mello (2004), seguidor de Gilberto Freyre. Deve ser ressaltado, inicialmente, que mais da metade do Estado localiza-se no sertão, região dura, que conforma vida dura e cria homens e mulheres de forma igualmente dura. Mas Pernambuco não é só o sertão, é também rica faixa litorânea de água abundante e boas terras. No contraste abundância/secura eis o Estado e sua gente.

O ciclo do gado e o ciclo do açúcar são as imagens históricas dessa divisão. O açúcar foi explorado após a derrubada da Mata Atlântica, em atividade coletiva modelo de produção agrícola de sua época, configurada pela família patriarcal e escravidão. O ciclo do

gado se constrói com homens isolados na imensidão da caatinga, enfrentado a seca e a hostilidade dos animais selvagens e dos índios da região. As tribos guerreiras foram inclusive decisivas no episódio da expulsão dos holandeses. Mello (2004) conta que a guerra contra Tapuias, Pegas e Coremas durou de 10 a 15 anos.

O homem do gado, segundo Mello, 2004, desenvolveu modos próprios de fazer suas tarefas:

A disparidade do atuar de cada um, na realidade das tarefas pecuárias, condicionou o homem do ciclo do gado, tornando-o – não custa repetir – individualista, autônomo, senhor de sua própria vontade e, sobretudo, improvisador. (MELLO, 2004, p.43)

O isolamento contribuía para particularizações. A referência ao Estado e mesmo à Igreja não chegava aos rincões. O sertão se torna espécie de mundo à parte, e sua integração é lenta, e talvez ainda incompleta. Nesse universo, uma das leis é a vingança, considerada não só direito, mas obrigação: “No sertão, quem não se vinga está moralmente morto” (MELLO, 2004, p.63).

É possível observar como esse ideário medieval sobreviveu no sertão de Pernambuco. Basta citar a guerra entre as famílias Ferraz e Novaes, da cidade de Floresta, ainda tensa e presente na política local. As mortes, vingança de uma família em relação à vizinha, solidificaram um ciclo autoalimentado que dura anos e foi uma ameaça para a sobrevivência de ambas famílias até recentemente..

O gado se espalhou pela imensidão da Caatinga, escapando de cobras e não deixando de alimentar bandidos desgarrados e onças. Em sua defesa o homem do gado se tornou adestrado guerreiro, na mesma proporção em que é um trabalhador.

O quadro se compõe com as grandes secas, provocando fome, perda das roças e toda a riqueza dos vaqueiros: cabeças de gado transformadas, primeiramente, em alvo de famintos e, depois, em esqueletos. Momentos em que os homens do sertão se dirigiam às terras litorâneas, em busca de comer e partilhar a abundância.

Nas situações de carência vicejam as figuras violentas que Mello (2004) distingue como *valentão*, *cabra*, *jagunço*, *pistoleiro* e *cangaceiro*. Para o autor, valentão é o braço vingador de família em luta; cabra, ou capanga, homem armado que possui patrão ou chefe

- em tempos de paz lavra ou cuida do gado, mas quando do ataque assume posição defensiva; jagunço é guerreiro especializado, contratado para artes de confronto. Jagunço é espécie de precursor do cangaceiro e do pistoleiro (com características urbanas, individuais e veladas; o cangaceiro tem características grupais, rurais e ostensivas).

O crime do pistoleiro, que se perpetua até hoje, é a morte por encomenda, de tocaia, eficiência sem coragem nem enredo. Os crimes dos cangaceiros são o saque, a tomada das fazendas e/ou cidades, batalhas corajosas, vingança e valentia.

Os contingentes de jagunços desmobilizados, deslocados, deram origem a bandos de cangaceiros, que tinham como principal característica não obedecer a patrões: “sem rei e nem lei”, embora se relacionassem com os coronéis. Podiam ser contratados por eles em artes de guerra, ou atacá-los em busca de saques. Eram as disputas eleitorais a grande oportunidade para os grupos terem permissão de atacar alguns, ou contratados para defender outros, movimentos orquestrados com os pequenos poderes locais. Enquanto isso foi conveniente, houve vista grossa. Até que o quadro se tornou insustentável com a divulgação dos feitos de cangaceiros, como Lampião, desafiando a capacidade do governo de se mover, e as providências tornaram-se essenciais. Para Mello (2004), o cangaço permaneceu durante longo tempo como fenômeno endêmico tolerado, até se tornar epidêmico e ser repellido.

A principal forma de entrada no cangaço era por necessidade, força da destruição dos meios de vida que a seca provocava. Mello distingue o cangaço como meio de vida, do cangaço de vingança e refúgio. Enquanto as motivações dos dois últimos poderiam cessar, a perseguição acabar, a vingança ser consumada, o cangaceiro por meio de vida, no cangaço permanecia porque era onde encontrava sustento e pertencimento. Mas o desejo de vingança fornecia o “escudo ético” para os cangaceiros fazerem o que relata a história, e serem cantados não só como bandidos, mas como heróis. Heroísmo que vinha do enfrentamento dos grandes, vingança contra injustiças e afrontas cometidas, justiça feita aqui e agora por meio das armas brancas e de fogo, linguagem que o sertanejo bem conhece.

O cangaço foi “campeão de audiência” na divulgação boca a boca e cordel. Cada detalhe vivido e/ou imaginado foi cantado e espalhado. Os jornais venderam muito: havia fotos dos cangaceiros e notícias alarmantes de cidades atacadas e destruídas. O trabalho de

Mello (2004) leva a refletir sobre uma das razões da popularidade de Lampião e de seus feitos, seu “escudo ético”, nas palavras do autor: o alardeamento dos agravos sofridos por sua família, dos quais ele se arvora vingador. O agravo deu a Lampião justificativa para suas atividades baseada em um código moral de vingança.

Os valores sertanejos são transmitidos em Pernambuco de forma cotidiana. Lampião e Maria Bonita são personagens folclóricos, mas os valores de independência, altivez, honra, agravo e desagravo ainda estão presentes, com forte conotação machista e violenta.

O envelhecimento da região é reconhecido pelos próprios meios de comunicação. O Diário de Pernambuco, no dia 3 de outubro de 2009, anunciava que entre 1991 e 2000 a população do Estado com idade superior a 65 anos cresceu cerca de cinco vezes mais do que a população como um todo. Enquanto o total de idosos de Pernambuco aumentou 6,8%, a população em geral avançou apenas 1,2%. O crescimento dos idosos no estado - 486, segundo Censo de 2000 - foi um pouco maior que o do Nordeste (6,5%) e do Brasil (6,4%), com 19 milhões. Na década de 80, uma pessoa pernambucana vivia cerca de 48 anos; passou para 62 anos em 90. Hoje, segundo o mais recente estudo do IBGE, alusivo a 2006, a média de vida em Pernambuco é de 67,9 anos.

Numa sociedade eivada de valores de valentia e machismo, na qual a violência urbana, social e de trânsito se faz presente, a necessidade de se proteger especialmente os idosos ressalta-se, afinal eles ainda constituem-se num segmento de população expostos aos mesmos problemas de todos os pernambucanos, mas demandando proteção especial.

Referências

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência*. São Paulo: Cortez, 2003.

FALEIROS, Vicente P. *Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressões*. Brasília: Universa, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

HOUAISS, Antônio, et al. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório sobre violência, 2002.

OUTHWAITE, William. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PEELO, M.; Francis, B; Soothill, K; Pearson, J; Ackerley, E. *Newspaper reporting and the public construction of homicide*. In: British Journal of Criminology, 44, pp. 256-275, 2004.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RONCHETTI, Gustavo. *Mídia, violência e sistema penal: o caso do jornal Diário Gaúcho*. Disponível em: <http://www.amprs.org.br/images/M%c3%8DDIA,%20VIOL%c3%8ANCIA%20E%20SISTEMA%20PENAL.pdf>. Acesso em: 19/04/2007.

SARTI, Cynthia A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: Por que as Notícias São Como São*.

Data de recebimento: 20/12/2008. Data de aceite: 18/3/2009.

Paulo Fernando Pereira de Souza – Psicólogo formado pela USP, terapeuta familiar e de casal, especialista em psicologia jurídica. Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. E-mail: netfiliapaulo@hotmail.com.

Andréa Carolina Véras Oliveira Pereira de Souza - Delegada de Polícia, Jornalista, Mestre em Gerontologia e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: andreaveraspe@hotmail.com.